



MÍDIAS DIGITAIS: ADAPTAR PARA INCLUIR, UMA ANÁLISE A PARTIR DA VIRTUALIZAÇÃO DO INDIVÍDUO SEGUNDO PIERRE LÈVY

DIGITAL MEDIA: ADAPT TO INCLUDE, AN ANALYSIS FROM PIERRE LÈVY ABOUT PERSON VIRTUALIZATION

Cíntia Ione Santiago Guimarães¹

RESUMO

A exclusão digital é fruto da rápida evolução no modelo de utilização das mídias digitais. No atual contexto, é necessário o desenvolvimento de ferramentas capazes de garantir a adaptação e capacitação do indivíduo para serem parte desse novo modelo de interagir. Para isso, são propostas três etapas educativas para a promoção de uma construção identitária. Pierre Lèvy aborda com maestria a transformação desse cotidiano, por isso seus conceitos são utilizados para impulsionar os sujeitos a participarem das mudanças culturais e tecnológicas por meio da virtualização do indivíduo. Discute-se a forma como isso se reflete no cidadão, pois não deve ser uma medida que imponha o isolamento ou a solidão ao indivíduo que elege participar de uma vivência interativa com os seus pares.

PALAVRAS-CHAVE:

Adaptação; identidade; virtualização do indivíduo

ABSTRACT

The digital divide is a result of rapid changes in the model to use digital media. In the current context, the development of tools able to guarantee the adaptation and capacity of the individual to be part of this new model of interacting is necessary. For this, are propose three stages of education for the promotion of identity construction. Pierre Lèvy masterfully discusses the transformation of daily life, so his concepts are used to boost the subjects to participate in the cultural and technological change through the individual virtualization. Are discuss how this is reflected in the citizen, it should not be a measure requiring the isolation or loneliness to the individual who elects to participate in an interactive experience with their peers.

¹ Advogada. Mestre em Ciências Sociais pela PUC/RS. Professora universitária. Integrante do Grupo de Pesquisa Novas Tecnologias, Processo e Relação de Trabalho, coordenado pela Prof. Dra. Denise Pires Fincato, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC/RS – PPGD/PUCRS. Pesquisadora do Instituto de Pesquisa Gianelli Martins – IPGM. cisguimaraes@bol.com.br



INTRODUÇÃO

A comunicação é um fenômeno antigo; atual são os meios pelos quais tornou-se possível praticar esse fenômeno. A obtenção de notícias, outrora, era recepcionada por meio do rádio, da televisão, do telefone. Atualmente, novas mídias digitais são capazes de entregar informações num curtíssimo espaço de tempo, sem alcançar um lapso temporal para que o indivíduo possa valorar positiva ou negativamente a notícia recebida.

Essa experiência desenvolve-se tão depressa que inviabiliza o acesso aos cidadãos desamparados digitalmente. É nessa seara que se verifica a necessidade em alcançar acesso aos excluídos, por meio de uma condição tríade de adaptação aqui sugerida nesse artigo.

A elaboração das etapas aborda alguns padrões sociais já seguidos em âmbito da inserção profissional e, em conformidade com o tema tratado nessa pesquisa, desdobra-se nas seguintes fases: a) preparação cultural; b) capacitação digital; c) incorporação identitária.

O debate evolui para uma análise da virtualização do indivíduo, segundo o autor Pierre Lévy. Para ele, nunca antes as mudanças das técnicas, da economia e dos costumes foram tão rápidas e desestabilizantes. Em seu livro sugere uma virtualização destacada da realidade em termos de comunicação digital. “Conclama a uma arte da virtualização, a uma nova sensibilidade estética que, nestes tempos de grande desterritorialização, faria de uma hospitalidade ampliada sua virtude cardinal”².

Por fim, no terceiro capítulo, analisa-se as condições que sobrevieram dessa dinâmica digital para promover um isolamento/ solidão do sujeito, apesar da vivência interativa e da experiência em pertencer a grupos identitários, após consolidações ideológicas, sendo esse um dos pontos mais difíceis de desmistificar.

1. A ADAPTAÇÃO COMO ESTRATÉGIA IDENTITÁRIA DA EXCLUSÃO DIGITAL

Adaptar-se às novas formas de comunicação é o desafio moderno que se impõe. Inúmeras são as previsões futuras de que todos terão/serão uma identidade digital única, no tocante aos ideais a que se filiam ou naquilo em que acreditam,

² LÉVY, Pierre. O que é o Virtual? Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Ed34, 1996. Pp 14.



porém, formar e demonstrar essa identidade somente será possível para as pessoas consideradas incluídas digitalmente.

A exclusão digital, aqui retratada, além de abarcar aqueles que não possuem conhecimento ou acesso suficiente para utilizar as ferramentas de tecnologia e informação, abarca também os cidadãos que se auto excluem digitalmente, ou seja, pessoas que possuem o acesso, porém não tem interesse suficiente em utilizar a rede. Destaca-se outros paradoxos sobre o tema:

A exclusão digital não se refere a um fenômeno simples, não se limita ao universo daqueles que têm versus ao daqueles que não têm acesso a computador e Internet, dos incluídos e dos excluídos, polaridade real mas que por vezes mascara os múltiplos aspectos da exclusão digital. A razão é simples: a oposição acesso/não-acesso é uma generalização razoável somente em relação a certos serviços públicos (como, por exemplo, eletricidade, água, esgoto) e bens tradicionais de consumo intermediário (a relevância do tipo/qualidade de TV, geladeira, telefone ou carro é secundária, embora para a população pobre o custo da ligação limite sobremaneira o uso de telefone ou o custo da gasolina, o uso do carro).³

Portanto, equacionar ferramentas afirmativas capazes de garantir aptidões comunicativas ao acesso tecnológico implicaria em melhora nas condições de vida do cidadão. Alcançar possibilidades para além do acesso material é suprir uma lacuna existente, por meio da viabilização na elaboração do conhecimento no campo informacional tanto no pensamento crítico como na solução de problemas.

Para que um grupo social possa produzir sua própria visão da realidade é necessário alcançar modelos de adaptação capazes de promover a inclusão no meio digital. Divide-se em três etapas a organização dessa ideia⁴: a) preparação cultural; b) capacitação digital; c) incorporação identitária.

O primeiro embate a ser enfrentado é preparar culturalmente essas pessoas para serem parte de um novo contexto social, ou seja, prepara-las para uma inserção no mundo virtual com estratégias educativas e de conhecimentos que

³ SORJ, Bernardo e GUEDES, Luís Eduardo. Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. *Novos estud. - CEBRAP* [online]. 2005, n.72 [cited 2015-03-28], pp. 101-117 . Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002005000200006&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0101-3300.

⁴ Toma-se por base as referências no campo da inserção profissional em que “o campo da inserção situa-se no cruzamento de três esferas: a) a preparação, que remete aos conhecimentos adquiridos nos órgãos de formação com vistas à capacitação para um lugar no mercado de trabalho; b) a transição, que remete à busca de emprego e a um conjunto de mecanismos que se situam na interface dos órgãos de formação e do trabalho; c) a integração profissional propriamente dita” (FRANZÓI, Naira Lisboa. *INSERÇÃO PROFISSIONAL*. In CATTANI, Antônio David e HOLZMANN, Lorena. *DICIONÁRIO DE TRABALHO E TECNOLOGIA*. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2011, pp 230).



possibilitem ao cidadão experimentar os benefícios que terão ao buscar informações por meio das mídias digitais.

Demonstrar para esse mesmo grupo, por meio da promoção de ações conjuntas, os benefícios que terão se vislumbrarem a importância existente na participação ativa enquanto cidadão econômico e social é o efeito almejado. Bem como evidenciar a importância existente na participação das decisões proferidas pelos seus representantes, por exemplo. Para isso, precisam de iniciativas que os ensinem a conhecer os canais de busca e acesso a essas informações até que se estabeleça uma cultura de utilização através da busca digital. Nessa mesma linha,

É preciso que a inclusão digital esteja agregada por outros elementos ou conhecimentos que propiciem uma inclusão social plena, de um indivíduo instruído, atuante e pensante. O incluído digital precisa estar capacitado para usar a tecnologia e ter um grau de educação, no sentido amplo, que permita aplicá-la de forma efetiva. O acesso à informação pode traduzir-se na inserção social, melhoria cultural, preparo para o trabalho, interação entre as pessoas, no aprendizado próprio e no acesso democratizado ao conhecimento e ao uso adequado desse conhecimento.⁵

Estabelecendo conexão com a etapa seguinte, acerca da capacitação digital para promover a inclusão de grupos que não possuem a cultura de buscar subsídios por meio da informação virtual, demonstra-se necessário o alcance de aptidão ao cidadão. A capacitação traduz-se na necessidade de produzir conhecimento e interação para um uso saudável das tecnologias. Criar ferramentas educacionais capazes de promover o debate para solução de problemas sociais, é um dever do Estado.

Nessa esteira, promover políticas públicas para capacitar o cidadão na busca de informações virtuais é responsabilidade do poder público (com apoio ou não de parcerias privadas), uma vez que precisa induzir os excluídos a participarem ativamente do desenvolvimento do país, através do acesso cibernético aos meios de comunicação digital.

Portanto, capacitar é qualificar e impulsionar pessoas para uma participação ativa no desenvolvimento do país. Para isso, porém, é necessário que elas conheçam os canais em que possam acessar e/ou trocar informações, pois são promotores de conhecimento e formadores de opinião. Trata-se do exercício ao direto de participação nas decisões e ações que determinam os rumos econômicos e sociais de um país.

⁵ FAVARIM, Fábio e BORSOI, Beatriz Terezinha. INCLUSÃO DIGITAL PROMOVEDO OPORTUNIDADES DE TRABALHO E CIDADANIA. 31º SEURS (Seminário de Extensão Universitária da Região Sul). Acesso em 29/03/2015 <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/117455>



Entende-se que, para além de uma preparação cultural para capacitação das pessoas, há necessidade de uma construção identitária para que o cidadão sinta-se apto a assumir tais compromissos, pois

há uma intrincada rede de relações entre os indivíduos, de modo que uma identidade reflete outra identidade num contínuo construir-se. Isso porque o processo identitário não é construído de modo isolado, mas, no conjunto das relações, embora se expresse na singularidade de cada sujeito particular.⁶

Essa construção não só de identidades, mas também de interesses, formam um conjunto de significados compartilhados entre aqueles que fazem parte do mesmo empenho econômico e social. Desta forma, “todos se assentam para cumprir seu papel e agir conforme a sua posição social”⁷. Um mecanismo tido como coletivo é a ideia de observar outros e estruturar os próprios movimentos para restabelecer sua posição, traz a concepção de reprodução como forma de equidade.

Essa tríade de etapas aqui expostas, para uma adaptação a nova e irreversível construção de informação e conhecimento digitais, trata-se de um processo que é fruto da rarefação dos referenciais, da liquidez das relações, da flexibilização e relativização das verdades, do rápido desenvolvimento tecnológico e das demandas da globalização, características de uma era pós moderna ou informacional.⁸ Tudo isso precisa ser devidamente orquestrado por uma virtualização necessária do indivíduo, para que possa vivenciar a realidade da comunicação por meio das mídias digitais.

2. A VIRTUALIZAÇÃO DO INDIVÍDUO SEGUNDO PIERRE LEVY

Essa evidência foi retratada por Pierre Levy em uma de suas obras, *O que é o Virtual?*, na qual o autor aponta a seguinte enunciação:

[...]. A virtualização pode ser definida como o movimento inverso da atualização. Consiste em uma passagem do atual ao virtual, em uma “elevação à potência” da entidade considerada. A virtualização não é uma

⁶ RIBEIRO, Marcelo. IMPLICAÇÕES DO PROCESSO IDENTITÁRIO NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES. Feira de Santana: Sitientibus, nº 31, pp 75-84, jul/dez 2004. Acesso em 29/03/2015 www2.uefs.br/sitientibus/pdf/.../implicacoes_do_processo_identitario.pdf

⁷ FLIGSTEIN, Neil. Teoria e métodos para o estudo de campos de ação estratégica. In DADONE, César e JARDIM, Maria A. Cahves. As centralidades e as fronteiras das empresas do século 21. Bauru: Edusc, 2011. Pp 195.

⁸ CASTELLS, M. “A era da informação: economia, sociedade e cultura”. In: A Sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v. 1.



desrealização (a transformação de uma realidade no conjunto de possíveis), mas uma mutação de identidade, um deslocamento no centro de gravidade ontológico do objeto considerado: em vez de se definir principalmente por sua atualidade (uma “solução”), a entidade passa a encontrar sua consistência essencial num campo problemático. Virtualizar uma entidade qualquer consiste em descobrir uma questão geral à qual ela se relaciona, em fazer mutar a entidade em direção a essa interrogação e em redefinir a atualidade de partida como resposta a uma questão particular.⁹

O autor descreve a diferença entre o real, o virtual e o atual. Notável o esclarecimento no tocante ao termo “atualização”, cujo significado sugere a solução para um problema, também uma criação, uma invenção de forma, tomando por base em seu critério de virtualização o significado inverso da atualização. Considera também que “a virtualização é um dos principais vetores da criação da realidade”¹⁰.

Pode-se afirmar que, atualmente, a utilização das tecnologias informáticas já virou “lugar comum” para os cidadãos que a utilizam, resguardada a análise do debate acerca dos excluídos digitais. Parte-se da necessidade de análise sobre a virtualização e a sua pendência e/ou carência de esclarecimentos acerca dos benefícios e malefícios na sua utilização.

Na argumentação do autor, como já referido, o virtual é um dos vetores da criação da realidade, pois trata-se de um fenômeno para além da concepção ilusória do indivíduo. A utilização do virtual é considerada uma revolução em que se questiona a problematização quanto ao emprego e uso dos meios digitais e não somente a sua ficção.

Essa construção da virtualização do indivíduo culmina na formação de grupos identitários, ou seja, segue para a organização e busca de um conhecimento comum, de um ponto de encontro porque

Somos constituídos do (e pelo) virtual, defendeu Lévy (1996), desmistificando nossa compreensão senso comum acerca do virtual como algo puramente tecnológico, inumano, advindo do mundo digital ficcional moderno e que se opõe ao real. Para ele, o virtual é um aspecto cognitivo intrínseco ao homem. Quando pensamos ou imaginamos, virtualizamos possibilidades que podem ou não ser concretizadas. Construimos, assim, nosso imaginário e realidade baseados nessa capacidade virtualizante, nessa fagulha elétrica que cintila em nossas cabeças obscuras.¹¹

⁹ LÉVY, Pierre. O que é o Virtual?. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Ed34, 1996. Pp 17 e 18.

¹⁰ LÉVY, Pierre. O que é o Virtual? Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Ed34, 1996. Pp 18.

¹¹ PEREIRA, Guilherme. PIERRE LÉVY E MARK DERY: ESBOÇOS SOBRE A VIRTUALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO COMUM E DAS PRÁTICAS E CULTURAS DO COTIDIANO. Comunicologia: Revista Comunicação e Epistemologia da UCB. Maio/2013. Acesso em 31/03/2015 em portal.revistas.ucb.br/index.php/RCEUCB/article/viewFile/4159/2535



Considerando-se o virtual intrínseco ao homem, possível sugerir a existência da tecnologia como extensão da capacidade física e intelectual do ser humano. A evolução das redes de informática ampliou o uso das capacidades de acordo com as habilidades dos sujeitos, porém ainda encontra-se pendente de efetivação, pois mostra-se necessária uma revisão dos espaços virtuais, sobretudo no plano educacional.

Os indivíduos partilham realidades por meio da virtualização, muitas vezes, porém, utilizando-a de forma desvirtuada. Pontualmente, o autor esclarece a necessária compreensão das habilidades individuais com alcance conjunto de soluções. Nessa esteira, apresenta-se um modelo de cooperação coletiva, a qual, o autor denomina “inteligência coletiva” que, por ser virtualizada, não carrega em seu bojo, uma solução para o problema que traz consigo:

O problema da inteligência coletiva é simples de enunciar, mas difícil de resolver. Grupos humanos podem ser coletivamente mais inteligentes, mais instruídos, mais sábios, mais imaginativos que as pessoas que os compõem? Não apenas a longo prazo, na duração da história técnica, das instituições e da cultura, mas aqui e agora, no curso dos acontecimentos e dos atos cotidianos.

Como coordenar as inteligências para que se multipliquem umas através das outras ao invés de se anularem? [...].

Pois se as pessoas são todas inteligentes à sua maneira, os grupos decepcionam com frequência. Sabe-se que, numa multidão, as inteligências das pessoas, longe de se adicionar, tendem a se dividir. A burocracia e as formas de organização autoritárias asseguram uma certa coordenação, mas às custas da supressão das iniciativas e do aplainamento das singularidades.¹²

Destaca-se como ponto importante, reconhecer as competências e organizar as inteligências dos indivíduos para que possam ser multiplicadas quando virtualizadas. Esse pressuposto cunhado por Levy projeta ações reais para reunião de competências dos sujeitos que culminam num progresso conjunto de reconhecimento ideológico.

Nem tudo, porém, manifesta-se de forma precisa e coesa, pois como destacado no trecho supracitado, o autor adverte a facilidade de os grupos decepcionarem-se com frequência, restando segregadas certas tendências identitárias por não partilharem de exatos entendimentos. Ou seja, a tendência dos grupos é ruir ao menor sinal de desentendimentos, sobretudo, ideológicos.

¹² LÉVY, Pierre. O que é o Virtual?. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Ed34, 1996. Pp 119.



Portanto, aposta Levy, numa composição de laços sociais estabelecidos a partir dos saberes e não baseado apenas em um pertencimento ideológico baseado em desacordos ou desavenças. Para isso traça um ideal de inteligência coletiva, qual seja

O ideal da inteligência coletiva não é evidentemente difundir a ciência e as artes no conjunto da sociedade, desqualificando ao mesmo tempo outros tipos de conhecimento ou de sensibilidade. É reconhecer que a diversidade das atividades humanas, sem nenhuma exclusão, pode e deve ser considerada, tratada, vivida, como “cultura”, no sentido que acabamos de evocar. Em consequência, cada ser humano poderia, deveria ser respeitado como um artista ou um pesquisador numa república dos espíritos.¹³

Esse ideal de reconhecimento baseado na diversidade das atividades humanas, considerada como “cultura” evoca as teses debatidas no início desse artigo, uma vez que sugere uma adaptação do sujeito para um estreitamento de laços identitários capazes de garantir uma inclusão digital baseada em laços de habilidades e competências, ainda carente de mudanças nas esferas política, social, econômica e educacional.

3. O PARADOXO DO ISOLAMENTO/SOLIDÃO E DA VIVÊNCIA INTERATIVA E IDENTITÁRIA

Cediço que, em uma sociedade pós-moderna, a seara tecnológica vem ganhando relevo e permeando as relações pessoais do indivíduo. À luz dessa razão, exsurtem as mídias digitais de comunicação como instrumentos aptos à efetivação dos aludidos relacionamentos de cunho individual e coletivo, rompendo com os paradigmas de tempo e espaço na promoção dos tratos pessoais.

Hall¹⁴ traça a evolução do sujeito a partir da época moderna apresentando-o em três etapas: o sujeito do iluminismo, o sujeito social e o sujeito pós-moderno.

Para esse autor, o sujeito do iluminismo é o indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado de razão e de consciência de ação. O mais importante do indivíduo moderno é a noção de um centro, ou um núcleo interior presente com ele desde seu nascimento e imutável ao longo de sua existência. Assim, a identidade do sujeito era individualista, constituída por si mesma, sem ser influenciada por fatores externos.

¹³ LÉVY, Pierre. O que é o Virtual?. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Ed34, 1996. Pp 120.

¹⁴ HALL, S. A Identidade Cultural na Pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.



No segundo conceito, o sujeito sociológico, reflete a complexidade do mundo moderno e traz consciência de que o núcleo interior do sujeito não é uma unidade autônoma ou autossuficiente, e sim formado na relação de um sujeito com pessoas importantes para ele, que lhe alcançam valores, sentidos e símbolos; ou seja, traduzem tudo aquilo que está no mundo habitável e que pode ser interpretado como cultura; assim, a identidade seria formada na relação do indivíduo com a sociedade. O papel da identidade consistiria em costurar o indivíduo na estrutura, estabilizando as pessoas e os mundos habitados.

A terceira concepção de sujeito de Hall é o sujeito pós-moderno, segundo o qual as identidades são formadas e transformadas continuamente com influência das formas que entram em contato com o indivíduo, proveniente de sistemas culturais.

Esses sistemas culturais contemporâneos são formados por meio da interação dos sujeitos nas mídias digitais que culminam na formação identitária do indivíduo. Um dos meios mais difundidos e utilizados para esse fim é a Internet. Nessa esteira, Castells¹⁵ sugere que, juntamente com a expansão da *Internet*, ocorre um isolamento social e uma ruptura da comunicação social e familiar posto que os indivíduos escondem-se no anonimato e praticam relações sociais em espaços não reais ou não presenciais. Entretanto, o autor considera o debate bastante ultrapassado, uma vez que ele é anterior à expansão generalizada da *Internet* e que teria sido gerado com base em experiências isoladas, além de não existirem pesquisas aprofundadas para comprovar a teoria.

Para o autor a *Internet* possui um importante papel na reestruturação das relações sociais. Um dos fatores mais importantes deste processo é o individualismo como base do novo modelo de sociabilidade. Não se afirma que a *web* cria um modelo de individualismo em rede, mas que o individualismo em rede, já existente, tem na *internet* um importante suporte material para que ele se torne forma dominante de sociabilidade.

Outro autor, porém, aposta no fundamento de que o indivíduo, frente às novas mídias, experimenta uma solidão interativa¹⁶, ou seja, o acesso desmedido desencadeia um processo de solidão no sujeito, capaz de apontar para uma potencialização das dificuldades em estabelecer relacionamentos.

O individualismo em rede é um modelo social, ou seja, não constitui uma rede de indivíduos isolados, mas sim de sujeitos solitários. As redes existem, *on-line* e *off-*

¹⁵ CASTELLS, Manuel. O Poder da Identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

¹⁶ WOLTON, Dominique. Internet, e depois? Uma teoria crítica das novas mídias. 3. Ed. Porto Alegre: Sulina, 2012. Pp 100 e 101.



line, formadas de acordo com os interesses, valores e afinidades de cada um. Porém, não só por estar em rede formando comunidades, um sujeito perde sua individualidade. Assim, o sujeito pode manter tal sentimento, mas, ao mesmo tempo, fazer parte de relações sociais.

No prelúdio da sociedade da informação, de fato, reconhece-se uma crise de identidades pós-modernas, em que as pessoas isolam-se das antigas instituições que lhe atribuíam uma identidade, e que uma vez isolados sentem-se perdidos e saem em busca de uma nova identidade partilhada e reconstruída. Contudo, para Castells, essa hipótese representa uma parte da explicação, pois parece não ir muito além de uma descrição sobre o ser individualista que se abala com a conectividade e que adentra em um processo de desconstrução e reconstrução de suas referências.

Na sociedade em rede e com a *Internet*, é possível que um sujeito possa encontrar as mais variadas referências. No entanto, é importante compreender que nem todas elas terão a mesma importância para esse indivíduo e não somente por estarem atreladas a um perfil em uma página na *web* serão constituintes de sua identidade. Essas referências podem ser coisas inimagináveis, como traços da cultura de um povo desconhecido e que pareçam muito estranhas a seu contexto vital. Todavia, pode-se considerar como meras informações que sem o contato com a *web*, o sujeito provavelmente não conheceria. Além disso, na medida em que o processo avança, determinados contextos passam a ser formados por outros sujeitos que experienciam a mesma construção identitária. No entanto,

Para dizer de outra maneira, a facilidade de consulta e de acesso à informação expõe às claras a questão evidentemente cultural e muito mais complexa dos meios cognitivos que dispõe o indivíduo para contextualizar a informação e dela se servir. O acesso direto não muda em nada a divisão e a hierarquia dos conhecimentos. É o antes e o depois – informação que coloca problema, e às vezes a informação mesmo. Em matéria de informação e de comunicação, os itens são ao menos tão significativos quanto os canais sobre os quais se inscrevem – o que sabem todos os linguistas, todos os psicólogos e, em geral, todos aqueles que trabalham a transmissão do saber e da cultura. Relativizar a performance do acesso direto é indispensável, mesmo que esse acesso seja por si uma proeza técnica, pois na maior parte das vezes a questão mais importante não diz respeito ao acesso em si. Possibilitar o acesso à informação é um progresso, mas não é suficiente para criar uma certa igualdade, pois o que procurar e para fazer o quê? Essas questões remetem diretamente às competências supostas ao usuário e, portanto, às desigualdades culturais e cognitivas, mesmo que seja verdade que alhures – e é preciso salientar isso – o acesso direto aos sistemas de conhecimento possa ser também uma segunda chance para muitos indivíduos traumatizados pela escola. O que é preciso evitar é a ideia *piegas*, segundo a qual o surgimento dos sistemas



de informação transforma radicalmente o estatuto e a economia do conhecimento. Acreditar nisso é sucumbir à ideologia tecnológica.¹⁷

Portanto, relativizar as competências como forma de oferecer amparo educacional será a base para uma interação saudável sem que o indivíduo se fortaleça por sentir-se “mascarado” atrás de uma tela de computador. Ou, para que o sujeito não se aprofunde em uma solidão capaz de torna-lo invisível e isolado socialmente.

CONCLUSÃO

Nesse diapasão, cumpre relativizar-se sobremaneira a pressão que se impõe ao uso das novas mídias digitais. O essencial é tornar palpável as relações que devem ser estabelecidas de modo salutar por meio do uso dessas tecnologias.

Adaptar e qualificar os cidadãos ao bom uso dos meios informacionais, desenvolve a sociedade, em seu âmbito político, econômico, cultural e social. Incluir os excluídos digitais é uma das mais eficazes promoções que um Estado pode oferecer aos seus liderados. Criar uma identidade, é fortalecer o desenvolvimento de todos em prol de um bem comum.

Virtualizar o indivíduo, enaltecendo suas capacidades, é uma das formas propostas nesse texto, a partir dos desdobramentos sugerido por Pierre Lèvy. Reitera-se a necessidade de revisão dos espaços virtuais, sobretudo no plano educacional para que os laços sociais possam se estabelecer a partir dos saberes e não só a com base em um pertencimento ideológico carente de prestação pedagógica.

Revisitar os problemas e oferecer soluções palpáveis também é preciso, uma vez que não é aceitável a retração dos sujeitos a partir da eventualidade em ocorrer um isolamento ou uma imposição da condição de solidão ao indivíduo. Outra premissa, que carrega uma problemática em si, é o modelo atual da sociedade individualista de massa, pois cada um atribui um determinado sentido e significado àquilo que percebe, sendo sanável apenas com medidas educativas.

A vivência interativa por meio das redes informacionais é um caminho sem volta, progredir com as novas mídias digitais é o fenômeno que se impõe partindo-se da análise dos saberes e das competências projetadas pelos atores sociais.

¹⁷ WOLTON, Dominique. Internet, e depois? Uma teoria crítica das novas mídias. 3. Ed. Porto Alegre: Sulina, 2012. Pp 135 e 136.



REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. **A ERA DA INFORMAÇÃO: ECONOMIA, SOCIEDADE E CULTURA**. In: A Sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v. 1.

CASTELLS, Manuel. **O PODER DA IDENTIDADE**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FAVARIM, Fábio e BORSOI, Beatriz Terezinha. **INCLUSÃO DIGITAL PROMOVENDO OPORTUNIDADES DE TRABALHO E CIDADANIA**. 31º SEURS (Seminário de Extensão Universitária da Região Sul).

FLIGSTEIN, Neil. **TEORIA E MÉTODOS PARA O ESTUDO DE CAMPOS DE AÇÃO ESTRATÉGICA**. In DADONE, César e JARDIM, Maria A. Cahves. As centralidades e as fronteiras das empresas do século 21. Bauru: Edusc, 2011.

FRANZÓI, Naira Lisboa. **INSERÇÃO PROFISSIONAL**. In CATTANI, Antônio David e HOLZMANN, Lorena. DICIONÁRIO DE TRABALHO E TECNOLOGIA. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.

HALL, S. **A IDENTIDADE CULTURAL NA PÓS-MODERNIDADE**. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

LÉVY, Pierre. **O QUE É O VIRTUAL?** Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Ed34, 1996.

PEREIRA, Guilherme. **PIERRE LÉVY E MARK DERY: ESBOÇOS SOBRE A VIRTUALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO COMUM E DAS PRÁTICAS E CULTURAS DO COTIDIANO**. Comunicologia: Revista Comunicação e Epistemologia da UCB. Maio/2013.

RIBEIRO, Marcelo. **IMPLICAÇÕES DO PROCESSO IDENTITÁRIO NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES**. Feira de Santana: Sitientibus, nº 31, pp 75-84, jul/dez 2004.

SORJ, Bernardo e GUEDES, Luís Eduardo. **EXCLUSÃO DIGITAL: PROBLEMAS CONCEITUAIS, EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS**. *Novos estud.* - CEBRAP [online]. 2005, n.72 [cited 2015-03-28], pp. 101-117 . Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002005000200006&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0101-3300.

WOLTON, Dominique. **INTERNET, E DEPOIS? UMA TEORIA CRÍTICA DAS NOVAS MÍDIAS**. 3. Ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.